

EMPRESÁRIOS ESPERAM DIAS MELHORES

O presidente José Sarney revelou ontem a sete empresários paulistas representando os mais importantes setores da economia, os principais objetivos do Plano Macro-econômico do ministro da Fazenda, Bresser Pereira, que lhe será entregue nos próximos dias: criação de dois milhões a 2,5 milhões de empregos por ano; estabelecimento de regras claras e duradouras para a economia; e incentivo a todas as possibilidades de investimento, nacional ou estrangeiro, de modo a sustentar um processo vigoroso de desenvolvimento. A informação foi dada pelo presidente da Federação da Agricultura do Estado de São Paulo (Faesp), Fábio Meirelles.

Os empresários foram a Brasília para dar ao presidente Sarney e ao chefe do Gabinete Civil, ministro Ronaldo Costa Couto, um quadro das dificuldades vividas hoje pelas empresas, segundo eles, ameaçadas, como toda a sociedade, pela recessão. Mas deixaram o Palácio do Planalto mais tranquilos com os prognósticos do presidente Sarney e reconhecendo que, de fato, começa a haver uma recuperação na economia, ainda que frágil. Para o presidente Sarney, daqui para a frente as mudanças positivas serão cada vez mais visíveis.

O presidente da Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), Mário Amato, disse que "os preços e as taxas de juros já estão caindo e as pessoas começam a se animar mais". Para Amato, o momento é de união nacional, que deve ocorrer em torno do Novo Cruzado. O empresário encara assim o atual plano de estabilização: "Nós vinhemos todos despencando abismo abaixo, quando surgiu à nossa frente um galho. Acho que todos nós temos de seguir neste galho, pois foi a única solução que se apresentou e não nos leva a nada ficar questionando o plano".

Embora sem mencionar os parlamentares dissidentes do PMDB que têm assumido posição contrária ao Novo Cruzado, Mário Amato disse que todos deveriam compreender que o prioritário, neste momento, é tirar o País da recessão. E esta, para ele, "é uma tarefa de todos nós. Acho que está na hora da unidade nacional".

Cuidado especial

Ressaltou Mário Amato que alguma coisa precisa ser feita para ajudar na recuperação da economia, destacando saí a reativação da indústria imobiliária, a volta dos prazos de recolhimento do IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) que vigoravam antes de novembro último, a dilatação dos prazos para o financiamento ao consumidor, e a concessão de um abono salarial para quem ganha até três salários mínimos. "Sem ter salário — destaca o líder empresarial — nós não temos consumo. E sem consumo não temos produção e não temos empresa. E se não temos empresa também não temos emprego. Por isso defendemos o gatilho salarial e defendemos agora um abono."

Mário Amato disse que é preciso um cuidado especial com algumas setores, como é o caso da indústria automobilística que, segundo ele, responde por 40% do PIB (Produto Interno Bruto). Se o governo reativar rapidamente o setor automobilístico, este setor acaba puxando os demais, salvando o País de uma recessão — afirma.

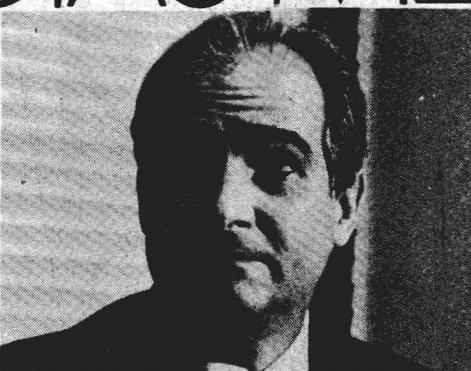
Os empresários deixaram o encontro com o presidente convencidos de que o governo vai adotar uma série de medidas para evitar a recessão, embora Sarney tivesse ouvido mais do que falado durante o encontro.

Inicialmente, a reunião dos empresários estava programada para se realizar somente com o ministro Costa Couto. O presidente, contudo, decidiu convocar os empresários ao seu gabinete. Participaram da reunião, além de Mário Amato e Fábio Meirelles, Eduardo Rocha Azevedo, presidente da Bolsa de Valores de São Paulo; Romeu Trussardi Filho, da Associação Comercial de SP; Flávio Teles de Menezes, da Sociedade Rural Brasileira; Roberto Konder Bornhausen, da Federação Brasileira dos

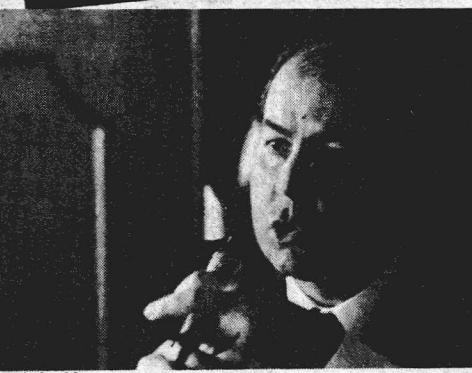
Sete deles
estiveram ontem com
Sarney. O grande
temor: a recessão.
Mas foram convencidos:
a recuperação
econômica vem ai.



Roberto Konder Bornhausen



Paulo Queiroz



Flávio Menezes



Fábio Meirelles



Eduardo Rocha Azevedo

TURISMO

A necessidade da imediata revogação do "emprestimo compulsório" ainda em vigor para as viagens ao Exterior, foi ontem defendida, no plenário da Constituinte, pelo deputado Gustavo de Faria (PMDB-RJ). Para ele, a cobrança do compulsório não mais se justifica e está causando prejuízos ao turismo brasileiro, porque não existe mais aquele excesso de demanda que a medida pretendia conter, no ano passado, em plena euforia do Plano Cruzado. Os prejuízos segundo o deputado decorrem da reciprocidade observada pelas agências internacionais de turismo. Se o governo brasileiro coíbe a saída de brasileiros para o Exterior, com esse "imposto", as agências do Exterior, segundo o parlamentar, também não estimulam a vinda de turistas estrangeiros ao Brasil.

"Hoje — assinalou o deputado — com o recolhimento dos 25%, mais a entrada de 20% cobrada no crediário, o passageiro desembolsa 45% do valor da compra à vista, o que acaba anulando as vantagens do parcelamento."

Advertência

Mais que para fazer reivindicações, os representantes dos segmentos ligados ao turismo vão hoje a Brasília para tentar obter do Ministério da Fazenda medidas capa-

zes de contornar a crise do setor, que "está prestes a causar milhares de desempregados". A advertência é do presidente da Abav — Associação Brasileira das Agências de Viagens, Tasso Cadzanis, que defende a imediata suspensão do depósito compulsório para as viagens ao Exterior e a aplicação de recursos do FND para o desenvolvimento do turismo interno. Sem isso

— destacou — seremos obrigados a demitir um pessoal cuja preparação profissional custou muito caro aos empresários. "O turismo é o terceiro segmento industrial em todo o mundo e apenas no Brasil ele é tratado como algo sem importância. O ministro Pazzianotto pediu sacrifício da classe empresarial mas talvez não saiba que esse sacrifício só pode ser feito pelos grandes. As agências, em 95% dos casos, são de micro-empresários. E todos à beira da falência."

O presidente do Sindicato das Empresas de Turismo no Estado de São Paulo, Antônio Aulísio, disse que o setor — envolvendo agências, hotéis e empresas de aviação — emprega 170 mil pessoas e é responsável por 3,7% do FND. Salientou que a entrada de turistas estrangeiros é proporcional à saída de brasileiros, "os verdadeiros divulgadores do País lá fora". Disse ainda que a redução no turismo, principalmente externo, fez com que a Varig comeasse a demitir em vez de realizar 800 admissões.

Tasso Cadzanis enfatiza que o "turista novo", aquele metalúrgico ou o profissional liberal que comece a ganhar poder aquisitivo — principal alvo do turismo rodoviário — está desaparecendo. As viagens para Foz do Iguaçu ou para as cidades históricas estão sendo canceladas. Para o Exterior, há agências que não conseguem nem repor o que investiram na publicidade ou reserva de hotéis. Assim, nem mesmo cobrando US\$

250 por uma viagem a Miami se consegue reaver o que foi aplicado.

O presidente da Abav sugere que, além de se retirar o depósito compulsório — que ele classifica como imposto —, seja destinada a parcela do Fundo Nacional do Desenvolvimento a uma linha de crédito para o desenvolvimento do turismo interno. Sem isso

— destacou — seremos obrigados a demitir um pessoal cuja preparação profissional custou muito caro aos empresários. "O turismo é o terceiro segmento industrial em todo o mundo e apenas no Brasil ele é tratado como algo sem importância. O ministro Pazzianotto pediu sacrifício da classe empresarial mas talvez não saiba que esse sacrifício só pode ser feito pelos grandes. As agências, em 95% dos casos, são de micro-empresários. E todos à beira da falência."

O presidente do Sindicato das Empresas de Turismo no Estado de São Paulo, Antônio Aulísio, disse que o setor — envolvendo agências, hotéis e empresas de aviação — emprega 170 mil pessoas e é responsável por 3,7% do FND. Salientou que a entrada de turistas estrangeiros é proporcional à saída de brasileiros, "os verdadeiros divulgadores do País lá fora". Disse ainda que a redução no turismo, principalmente externo, fez com que a Varig comeasse a demitir em vez de realizar 800 admissões.

Como viajar sem compulsório? É só entrar na Justiça.

Ações movidas contra o pagamento dos 25% do compulsório sobre passagens para o Exterior e compra de dólares, julgadas em primeira instância no ano passado em São Paulo, obtiveram sentença favorável. Foi o que informou ontem Emerges da Silva Nogueira, da Advocacia Martins, Wagner e Tilberg, que em 1986 impetraram 40 mandados de segurança contra a resolução 1.154 do Banco Central, obtendo liminar em todos os casos. O juiz, segundo a advogada, é quem decide se o imparante deve ou não depositar na Justiça o valor correspondente ao compulsório. Quando a opção é pelo depósito, a devolução do dinheiro é garantida com juros e correção monetária.

Das ações impetradas no ano passado, segundo a advogada, seis já obtiveram sentença favorável em primeira instância, o que significa que os motivos do mandado de segurança (inconstitucionalidade) foram aceitos pela Justiça. A decisão final, no entanto, depende do Tribunal Federal de Recursos. Apesar da demora, a advogada considera que é sempre aconselhável a quem discorda do compulsório impetrar mandado

de segurança. Existe também a possibilidade de uma ação ordinária, mas o imparante precisa esgotar o caminho administrativo, antes de recorrer à Justiça.

Quem preferir viajar antes para depois reclamar, segundo a advogada, terá, obrigatoriamente, que recorrer à via administrativa, pedindo ao Banco Central a devolução do dinheiro. Como o BC normalmente indefere o pedido por falta de condições para decidir, o caminho seguinte é a Justiça, por meio da ação ordinária. A diferença entre o mandado de segurança e a ação, segundo a advogada, é que o primeiro tem ação mais rápida, dando ao imparante a possibilidade de viajar sem pagar o compulsório.

► Bancos (Febraban); e Paulo Queiroz, presidente do Sindicato dos Bancos de São Paulo, Paraná e Mato Grosso do Sul.

MAIS CONCORDATA

Com uma dívida superior a Cz\$ 200 milhões, o Frigorífico Central, o terceiro maior do Brasil, solicitou e obteve, no começo do mês, concordata preventiva para suas unidades em Maringá e Paranavaí, no Paraná. A direção da empresa pretende agora solicitar concordata para sua terceira unidade, localizada no município de Ituutaba (MG). Ontem, o assessor jurídico do grupo, Manoel Alonso, informou que a empresa "não pretende usar efetivamente a concordata, pedida apenas como proteção", pois existe a possibilidade de liquidação dos débitos antes do vencimento do prazo legal de dois anos.

"O índice de liquidez é de 10 cruzados por 1", destacou Alonso, afirmando que está ocorrendo somente um problema momentâneo de caixa, que atribui às indefinições governamentais na área econômica desde o Plano Cruzado. Lembrou que o frigorífico deixou de abater durante meses, no ano passado, porque os pecuaristas não entregavam o boi, alegando preço incompatível. Outros percalços — segundo Alonso — foram a greve dos portuários em Santos, dificultando exportações de uma linha de carnes pelo grupo, e o acidente nuclear de Chernobyl. Com a crise do abastecimento interno, o Frigorífico Central importou duas remessas de carne da Itália e da Alemanha, porém autoridades sanitárias brasileiras não permitiram a distribuição, temendo o risco de contaminação, de tal forma que toda essa carne importada permanece depositada no entreposto do frigorífico em Santo André, disse Alonso, sem precisar a quantidade, não relacionada nas condições das concordatas.

SUBSÍDIO AO SFH?

O presidente da Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança (Abecip), Anésio Abdalla, defendeu ontem no Rio a proposta de o governo criar dotação orçamentária para cobrir o rombo estimado em Cz\$ 300 bilhões no Sistema Financeiro da Habitação (SFH), proveniente de resíduos verificados nos ajustes das prestações dos mutuários da casa própria após o prazo de financiamento.

Ao participar da reunião da Comissão da Indústria Imobiliária da Câmara Brasileira da Indústria da Construção Civil (CBIC) recomendou também a criação de alguns incentivos fiscais para a liquidação antecipada da dívida do mutuário da casa própria.

Abdalla também disse esperar que o governo, no decreto que baixará na próxima semana para resolver o impasse entre os agentes financeiros do SFH e os mutuários, aplique o Plano de Equivalência Salarial (PES), nos financiamentos de imóveis comprendidos na faixa de 2.250 a 2.500 obrigações do Tesouro Nacional (OTN), mesmo que sejam concedidos subsídios através do Fundo de Compensação da Variação Salarial (FCVS), e que, a partir de 2.500 OTN, a pactuação do financiamento passe a ser livre entre as partes. Na sua opinião, os agentes financeiros do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE), em que se incluem sociedades de crédito imobiliário (cadernetas) e associações de poupança e de empréstimo, deverão reiniciar suas operações de financiamento para construção de imóveis ao longo do atual trimestre.

O presidente da Abecip deixou claro que os agentes financeiros do SFH não abrirão mão da solução imediata do rombo provocado por acertos de prestações derivados de questões econômicas resultantes de processos inflacionários elevados.

